

# Adusp

INFORMATIVO

## 9 de junho de 2009: nunca mais!

Último *Informativo Adusp* de 2009. Não se pode deixar de pensar em um balanço, ainda que rápido, do significado, para a Universidade, do ano que se encerra. Mal havíamos iniciado as aulas e o Conselho Universitário (Co), em sessão realizada em 4/3, aprova a reforma da carreira docente. São criados os níveis horizontais sem que sejam conhecidos os critérios de ascensão. Caberia a uma comissão do Co apresentar proposta que os definisse. A reforma obteve o número mínimo de votos necessários à sua aprovação, em processo de votação improvisado, irregular, tumultuado. A reação da Adusp não tarda: já havíamos realizado debates sobre o tema, que não contaram com um público muito grande, mas diante da decisão do Co cresce no corpo docente a preocupação com as mudanças introduzidas. Para quê? Quais as motivações acadêmicas de tal reforma? Por que a questão central dos critérios de ascensão será votada sem a exigência de quorum qualificado? Por que foram desconsideradas as ponderações de várias congregações no sentido de aumentar o prazo para discussão?

Diante de tantos questionamentos, a Assembléia da Adusp decide, baseada nas irregularidades cometidas no processo de votação, entrar com recurso contra a deliberação do Co, enquanto um grupo de professores da FFLCH elabora abaixo-assinado reivindicando a anulação da votação de 4/3. Nada parece sensibilizar a Reitoria.

Enquanto isso, inicia-se também a campanha de data-



Daniel Garcia

base e em 16/4 a pauta de reivindicações é entregue ao Cruesp que, no entanto, só agenda a reunião de negociação para 18/5, numa acintosa demonstração de desrespeito ao movimento de professores, estudantes e funcionários. A segunda rodada de negociação, que deveria ocorrer em 25/5, é cancelada pelos Reitores, que declaram, unilateralmente, encerradas as negociações. É do conhecimento de todos os fatos que se encadeiam a partir daí: a entrada da Polícia Militar no campus, a chamada da (então) reitora Suely Vilela, que se escudou em autorização do Co, foi o estopim: muitos professores que, até então, não haviam se mobilizado em torno da campanha salarial endossam a deliberação de greve a partir de 5/6.

### Praça de guerra

Os acontecimentos de 9/6 vêm coroar a gestão da (agora) ex-reitora: o campus do Butantã transforma-se em uma verdadeira praça de guerra, enquanto as negociações permanecem encerradas. Em ato que reúne 5 mil pessoas (foto), estudantes, funcioná-

os e professores caminham pelas avenidas Paulista e Brigadeiro Luiz Antonio para repudiar a presença da PM no campus, exigindo a reabertura do diálogo. As negociações são retomadas em 22/6, mas... para inglês ver: o Cruesp mantém a mesma proposta inicial.

A greve dos docentes encerra-se no dia 30/6, com uma

certeza: a democratização da Universidade, bandeira histórica da Adusp, tornara-se mais urgente do que nunca. Paralelamente a todos esses fatos, a Reitoria da USP deixa de cumprir a decisão judicial relativa ao Gatilho e, quando resolve se pronunciar, envia carta a todos os beneficiários tentando imputar à Adusp a

demora na execução! A carta faz aumentar a indignação dos docentes com a Reitoria.

Encerra-se o semestre, com a reposição das aulas avançando pelo mês de julho; a gripe suína retarda o início do segundo semestre; e, na volta, muitos temas permanecem em pauta, merecendo destaque: a reforma da carreira, a essa altura *sub judice* em função de liminar concedida em mandado de segurança impetrado por iniciativa da Adusp; as sucessivas manobras protelatórias da Reitoria no caso do Gatilho; a implementação de cursos à distância; e, especialmente, a sucessão na Reitoria, dando visibilidade ao caráter oligárquico e centralizador do processo, que ressalta a necessidade de democratização da USP.

**continua na p. 2**

## Produtivismo insano e insalubre

A Adusp acaba de criar uma nova seção em sua página eletrônica, para tratar do tema “Produtivismo”. A idéia é chamar a atenção dos docentes para algo que se torna, a cada dia, mais presente na vida de todos: uma maratona de rotinas, inquirições, demonstrações, relatórios que obrigam a categoria a, involuntariamente, sacrificar o objetivo central de seu trabalho: a docência, a pesquisa e a extensão.

Nosso humor, nossa saúde e nossa capacidade de reflexão estão em jogo. Como afirma o texto que inaugura a seção: “O cotidiano

do nosso trabalho na Universidade tem se mostrado cada vez mais fatigante. A todo momento, somos instados a mostrar quem somos e do que somos capazes. Vivenciamos a sensação de estar sempre aquém das exigências; e cada vez mais nos tornamos gerenciadores das poucas verbas para pesquisa.”

E mais: “Nesse contexto, ficam em segundo plano as atividades de ensino e extensão, ganhando prioridade as pesquisas que nos conduzem a muitos artigos publicados em curto espaço de tempo e em revistas pré-selecionadas. Cada vez mais

trabalhamos de modo isolado, lutando e competindo por recursos, publicações, estudantes de pós-graduação e iniciação científica, que se engajem o mais rapidamente possível nos trabalhos de pesquisa para, assim, gerarem mais teses, mais artigos, contribuindo para uma melhor avaliação da Capes, para então garantir novos financiamentos... e, ufa!, assim vamos nós.”

A partir de agora, o docente encontrará em [www.adusp.org.br/produtivismo](http://www.adusp.org.br/produtivismo) textos que servirão de subsídio para essa discussão e para a resistência que se faz urgente.

## continuação da capa

### Repúdio

O debate sobre democratização e estrutura de poder extrapola os muros da universidade, passa a fazer parte da pauta da “grande imprensa” e, em seguida, das plataformas dos candidatos a reitor. Em 25/8, a assembléia da Adusp reitera o repúdio ao processo sucessório tal como definido pelo Estatuto da USP em 1988, e delibera que a entidade promoveria uma Eleição Democrática para Reitor, visando colocar em confronto as diferentes concepções de universidade. A proposta de eleição paritária é encaminhada ao Sintusp, ao DCE e à APG. Os estudantes de graduação e os funcionários optam por outros procedimentos e a Eleição Democrática é realizada pela Adusp e APG.

A Adusp organiza debates com os candidatos nos quais temas relevantes para a universidade são discutidos. Francisco Miraglia vence a Eleição Democrática, com 41,39% dos votos válidos. Assim, a Adusp conclama os docentes, membros dos colégios eleitorais, a votar nesse candidato. No 1o turno da votação estatutária, Miraglia é o quarto colocado; no 2o turno, fica em sexto lugar. O “3o turno”, com um só eleitor, unge o próximo reitor da USP: João Grandino Rodas, segundo colocado da lista triplíce.

A Eleição Democrática para Reitor apontou com clareza o caráter antidemocrático do processo sucessório oficial, que tende a perpetuar a oligarquia no poder. Ela propiciou o aprofundamento e a politização do debate entre as diferentes concepções de universidade e apontou a prioridade que merece a luta pela democratização da USP, fundamental para combater e superar as condições de trabalho fortemente calcadas no produtivismo, incompatíveis com o projeto de universidade que concebemos.

2010 promete ser mais um ano de muitas lutas! Aproveite bem as férias!

# Aprovada na Câmara em segundo turno, PEC dos Precatórios agora vai ao Senado

A Câmara Federal aprovou em 25/11, em segundo turno, a PEC dos Precatórios (351/09), que altera as regras de pagamento desses títulos de dívidas públicas. O novo texto, aprovado por 338 votos a 77 (7 abstenções) apesar de sofrer forte oposição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), permitirá a Estados e municípios pagarem quantias inferiores aos valores nominais dos precatórios, por meio de leilões nos quais o credor poderá propor des-

contos para receber o pagamento por um determinado precatório fora da ordem de emissão dos títulos.

A matéria deve retornar ao Senado para nova votação, devido às mudanças de mérito feitas pela Câmara. Segundo a *Folha On Line*, a PEC impõe sanções aos administradores públicos que descumprirem as novas regras, por exemplo a possibilidade de prefeitos ou governadores serem processados por improbidade administrativa.

### Ordem cronológica

De acordo com o relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), “a PEC estabelece um regime especial em que as entidades públicas devedoras devem alocar recursos, por meio de percentuais de suas receitas”, e será estabelecido um critério em que “50% dos recursos serão usados para o pagamento por ordem cronológica e o pagamento à vista, com preferência para os precatórios alimentares”.

Os outros 50% terão três opções para serem pagos: leilões, câmaras de conciliação (que serão criadas por leis estaduais), ou pagamento dos menores para os maiores valores. Pelas regras do texto aprovado pelos deputados, os municípios terão que alocar entre 1% e 1,5% das receitas correntes líquidas para pagamento dos precatórios. Os Estados devem alocar entre 1,5% e 2% das receitas para os pagamentos.

## Baile confirma tradição de alto astral

Fotos: Daniel Garcia



**O Baile da Adusp, realizado em 4/12 no Clube dos Professores, reuniu mais de 200 docentes em clima de grande animação. O som esteve a cargo da banda Mandau e a festa, como sempre, entrou pela madrugada.**



## Adusp recebe informações da Reitoria no dia 11/12

Conforme noticiado no *Informativo Adusp* 297, a Reitoria protocolou, em 30/10, uma manifestação ao juiz em que declarou não ter qualquer oposição ao pedido da Adusp para que se dê início à execução da sentença para a lista incontroversa de beneficiários.

Para proceder à execução, é necessário que sejam efetuados os cálculos individualizados do montante devido a cada um. Visando agilizar esse processo, a Adusp se reuniu, em

12/11, com técnicos da Reitoria que se comprometeram a enviar para a entidade as informações, em formato de planilha de cálculo. Como esses dados já estavam parcialmente agrupados, o repasse das informações à Adusp dependia apenas do aval dos procuradores da universidade. No momento do fechamento deste Informativo, recebemos da Reitoria um CD com as informações solicitadas, que serão analisadas pelo GT Gatilho da Adusp.

## Buffet do Clube deixou seqüelas. Coseas deve explicações

O baile da Adusp foi um grande sucesso, mas, infelizmente, deixou seqüelas. Mais de 50 pessoas que estiveram na festa passaram mal a partir do domingo seguinte ao evento, apresentando sintomas de intoxicação alimentar: fortes enjôos, vômitos, di-

arréia e febre. Oficiamos a Coseas no sentido de que sejam apuradas as causas do ocorrido. Fomos informados de que o Clube dos Professores solicitou análises de amostras da comida servida durante a festa. Aguardamos os resultados.

# Evento na USP prossegue série de debates sobre EàD

Daniel Garcia

No dia 2/12, realizou-se na FAU-USP o último evento do “I Fórum de Debates sobre EàD”, fruto de acordo firmado entre o Fórum da Seis e o Cruesp (vide *Informativo Adusp* edições 296 e 298). A pergunta proposta para este debate, o terceiro da série, foi: “É possível formar bons profissionais para o país via EàD?”.

A mesa foi composta pela professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (Unesp) e o professor Edmundo Fernandes Dias (Unicamp), ambos como representantes do Fórum, e pelos professores Manoel Oriosvaldo de Moura (USP) e Klaus Schlünzen Junior (Unesp), que participaram a convite do Cruesp.

O evento teve transmissão ao vivo pela internet, envio de perguntas pelos espectadores e tradução simultânea para Língua Brasileira de Sinais (Libras).

## Expansão

A professora Sueli procurou localizar o EàD no contexto de mudanças nas políticas educacionais ocorridas a partir da década de 1990, estimuladas por organismos como Banco Mundial, FMI e OMC: diversificação de fontes de financiamento, com cobrança de mensalidade; diversificação dos modelos educacionais; aligeiramento da formação; captação de recursos privados. “Nessa lógica, o direito social à educação deixa de ser um direito para se transformar em mercadoria, em prestação de serviços”, apontou.

Segundo a professora, foi nesse sentido que, em 2001, o Cruesp apresentou à Alesp o documento “Expansão do sistema estadual público de Ensino Superior”, em que aponta ser “impossível” a expansão do ensino superior no modelo das três estaduais paulistas que, por basear-

se no tripé ensino, pesquisa e extensão, é “caro por natureza”; e propôs como alternativa a criação de “cursos diversificados, menos dispendiosos e mais simples”.

Sueli lembrou que daquelas discussões surgiram as primeiras experiências de EàD nas estaduais: o PEC-Formação Universitária, programa que contou com a participação de USP, Unesp e PUC-SP, e que visava atender professores da rede pública estadual que não possuíam formação superior; e, na Unesp, o programa Pedagogia Cidadã, voltado para redes municipais. Em 2009, a Unesp vive a experiência do curso de Pedagogia à distância, como parte da Univesp. “Essas políticas têm sido impostas por governos e pelas reitorias, sem discussão com a comunidade”, criticou.

## Responsabilidade

O professor Oriosvaldo afirmou que universidades e cursos de formação têm se pautado cada vez mais pela idéia de “competências e habilidades”, a partir de diretrizes curriculares propostas pelo MEC. “Essas competências e habilidades têm se assentado numa responsabilidade sobre o sujeito. Cabe ao sujeito esse esforço para que ele tenha sucesso, quando ele não tem sucesso é porque não foi capaz de se apropriar do que tem se chamado de habilidades e competências”.

“Se pensarmos no desenvolvimento humano como parte de um processo sócio-histórico, vamos certamente ter a possibilidade de nos contrapor a essa perspectiva do desenvolvimento do sujeito alienado dos seus processos de produção”, afirmou. A ação formadora pressupõe um sujeito que se apropria de conhecimentos e de um

modo de conhecer, o que implica uma mudança de qualidade desse sujeito, em função de sua inserção num projeto coletivo: “O sujeito para se tornar pertencente à sua comunidade deve se considerar como parte desse projeto. Formar bons profissionais implica uma atividade de uma comunidade”.

O professor da FE propôs uma reflexão sobre como estão sendo usados os novos recursos tecnológicos na USP. “Nós não sabemos nem usar ainda o equipamento para o [ensino] presencial, mas se coloca para nós a necessidade, a possibilidade, de usar também para o ensino à distância”, lamentou. Segundo ele, o que temos na USP hoje “são ações desarticuladas que não se constituem em uma atividade, fica para cada unidade a tomada de decisão sobre o uso de tecnologias educativas, fica para cada sujeito a responsabilidade pela sua formação”.

## Projeto

O professor Edmundo Dias criticou o fato de o EàD não possibilitar o convívio do diferente: “O ensino à distância é aquele que não permite a convivência de múltiplos sujeitos, inclusive diferenciados, que a gente tem no ensino presencial. O ensino presencial é a solução? Eu não diria que é a salvação da pátria, mas que é melhor do que o ensino à distância, porque as contradições podem ser colocadas”.

Ele apontou a possibilidade de o EàD servir como instrumento de manipulação ideológica: “Se vocês pegarem a história da educação no mundo, vão ver que a escola de qualidade humanística para os ricos e a escola profissional brutalizante para os pobres têm mais de 200, 300 anos, o que se dá [é uma] forma nova agora”.



Debate realizado no auditório da FAU

“Da mesma maneira que o capitalismo tem que reestruturar as suas técnicas produtivas, tem que reestruturar também a sua maneira de obter legitimidade, ou seja, de capturar as subjetividades dos antagonistas. O processo de educação [presencial] não impede que isso ocorra, mas expõe as contradições”. No EàD, “esse processo de ganhar a subjetividade do outro é muito mais fácil, até porque nós temos hoje em dia o mito da técnica como força produtiva por excelência: é a técnica que faz as coisas, não são as pessoas”, diz. “Cabe a nós como educadores negar essa tese”.

## Acesso

O professor Klaus observou que o significado de distância não é mais o mesmo nos dias de hoje: “Se a gente pensar no caso do Instituto Universal Brasileiro, a distância era realmente distância naquela época, porque não havia nenhum contato, no sentido físico, presencial, [entre] o formador e o aluno. Não estou falando que não exista a relação de espaço. Mas pergunto: essa distância é a mesma hoje? Essa distância física, geográfica, é contornada

por todo um aparato tecnológico”.

O professor da Unesp afirmou que o EàD não é educação de massa, mas “visa atender necessidades de formação para pessoas que estão de certa forma desprovidas de acesso a centros de formação”. Para Klaus, outra questão é que EàD “não é transposição do presencial para o virtual”. Trata-se, diz, de “um outro paradigma, uma outra realidade”.

O professor frisou a necessidade de as universidades definirem políticas para institucionalização do EàD: “Isso implica definir critérios claros de qualidade, baseados em referências; oferecer subsídios, conceitos e base pedagógica para elaboração de cursos”. Ele informou que um estudo sobre EàD em países europeus mostrou que os alunos desse tipo de curso dedicam mais tempo aos estudos, são mais autônomos, organizam-se melhor. Outros estudos apontariam igualdade entre cursos EàD e presenciais e que modelos combinados ou bimodais mostram-se superiores aos puramente presenciais.

Esse debate terá continuidade em 2010.

# Eleições do DCE: resultado apertado e suspeita de fraude

**R**ealizaram-se nos dias 24, 25 e 26/11 as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE). A chapa “Para transformar o tédio em melodia” venceu com apertada margem de votos: 2.500, contra 2.445 da chapa “Reconquista”. Em terceiro lugar ficou a chapa ligada à atual gestão, “Nada será como antes!”, com 1.868 votos. Após a divulgação do resultado, os membros da “Reconquista” questionaram a impugnação de uma urna da FEA e a validação de outras urnas em que consideraram que houve irregularidades. A chapa pretende recorrer do resultado na próxima reunião do Conselho de Centros Acadêmicos, no dia 12/12.

Oito chapas disputaram o DCE. A “Reconquista”, que afirma-se apartidária, representou a grande novidade no pro-

cesso eleitoral. Tendo entre seus membros alunos que fizeram parte da Comissão de Defesa dos Interesses dos Estudantes (CDIE), grupo que articulou pela internet protestos contra a greve no 1º semestre, a chapa defendeu que “houve motivos para a ação da PM [em 9/6] devido aos excessos cometidos pelos manifestantes” e que, por uma questão de segurança, “a ronda ostensiva da PM se faz necessária no campus”. Declarou-se contrária a ocupações e piquetes; defendeu votações deliberativas realizadas on line e o incentivo ao “empreendedorismo estudantil” por meio de escritórios-pilotos e empresas juniores.

“A disputa com a direita foi uma coisa inédita na USP. O movimento estudantil tinha a avaliação de que eles estavam se fortalecendo, mas foi uma

surpresa a força eleitoral deles, tendo em vista que eram uma chapa pequena, com poucos apoiadores”, avalia Bárbara Vazquez, da chapa vencedora. “Mas é preciso considerar que eles tiveram matérias amplamente favoráveis na Globo e no Estadão, o que deu-lhes muita visibilidade”.

## “Segundo turno”?

O estudante Hugó Tavares, da “Reconquista”, afirma que o processo de apuração foi desorganizado, ainda que reconheça que os casos problemáticos são isolados. Segundo ele, uma urna de São Carlos teria ficado muito tempo sem acompanhamento entre uma apuração e outra, e uma urna da EACH só chegou depois do início do processo de apuração. Também questiona o fato de uma urna da FEA,

impugnada por ter voltado com o laque rompido, não ter sido substituída por uma nova urna, com nova lista, no dia seguinte. “Isso matou o voto de quem votou antes. Essas manipulações todas foram muito ruins para a democracia da eleição como um todo”, afirma.

Na avaliação da atual gestão, não houve fraude. “Para aferir isso, basta bater os nomes nas listas com os votos nas urnas, procedimento que deve ser adotado em todos os casos contestados”, sustenta Júlia Almeida, da “Nada será como antes!”. “Para nós o pior dos mundos é que o DCE fique na mão da Reconquista, mas se os estudantes decidiram isso nas urnas, deve ser respeitado e não levado a um segundo turno onde cada um fica tentando convencer

os outros a impugnar urnas a partir de seus interesses políticos”, diz ela, referindo-se ao CCA.

Na avaliação da chapa vencedora, é improvável que o resultado seja revertido. “No CCA o que vale é a decisão dos centros acadêmicos e aí a Reconquista está enfraquecida. Após reuniões e assembleias, pelo menos 20 CAs já se colocaram favoráveis à defesa da validade do processo”, diz Bárbara.

Os números finais das eleições para o DCE são: Para transformar o tédio em melodia - 2500; Reconquista - 2445; Nada será como antes - 1868; Todo carnaval tem seu fim - 1602; Poder estudantil - 390; Respeitável público - 172; Amanhã vai ser outro dia - 121; Oposição e luta - 49; Brancos - 41; Nulos - 126.

## Jornalista é reintegrada à FMRP por decisão judicial

A jornalista Rita de Cássia Stella foi reintegrada, em 17/11/09, à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP), por decisão da 2ª Vara do Trabalho. Contratada pela USP em 1988, Rita fora sumariamente demitida em março de 2002, por ordem do então diretor da FMRP, Ayrton Moreira. O motivo da decisão foi a recusa da jornalista a censurar uma lista eletrônica.

Em março de 2003 uma outra sentença de primeira instância, da mesma 2ª Vara, já mandava reintegrar a funcionária (*Revista Adusp* 35, p.50). Mas a Consultoria Jurídica da USP recorreu da sentença. O 15º Tribunal Regional do Trabalho acatou parcialmente o recurso em fins de 2004 e mandou anular a sentença por erro processual.

A nova sentença, datada de 10/8/09, declara “nula a demissão da reclamante, determinando sua reintegração no

cargo ocupado anteriormente, com a retificação de sua CTPS para constar como vigente o contrato de trabalho da reclamante desde sua admissão nos quadros do reclamado [a USP]”. Manda, ainda, que a USP efetue o pagamento dos salários, férias com 1/3, 13º salários e demais benefícios recebidos antes da demissão, “devidamente atualizados desde a data da rescisão contratual até a data da efetiva reintegração”.

### Estabilidade

A juíza Fernanda Guedes Pinto rejeitou as alegações da USP de inexistência de estabilidade de Rita Stella. “É incontroverso nos autos que a reclamante foi admitida nos quadros do reclamado mediante concurso público, sendo contratada pelo regime da CLT em 20/12/1988 e demitida em 08/03/02. Por sua vez, o reclamado trata-se de autarquia estadual, sujeita às re-

gras que envolvem a administração pública de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a teor do que dispõem os artigos 37 e 40 da Constituição da República”.

A sentença ressalta que mesmo quando efetua contratações sob a égide da CLT, uma autarquia como a USP “não pode ser equiparada ao empregador privado, sobretudo porque se encontra adstrita a princípios constitucionais peculiares”, e que o regramento constitucional específico aplicável à Administração Pública visa, “justamente, à proteção do interesse público”.

Também a falta do devido processo foi apontada pela juíza: “A reclamada [USP] admitiu, em depoimento, que ‘não foi aberto nenhum processo interno disciplinar ou qualquer outro relacionado à demissão’, sendo que o próprio Diretor responsável pela demissão afirmou, em depoimen-

to, que ‘a informação que recebeu foi de que a reclamante não era estável, podendo ser demitida sem justa causa’. Assim, ainda que existissem motivos”, seria necessária a “realização de processo administrativo interno para apuração da justa causa, com garantia da ampla defesa e do contraditório à reclamante, o que não foi observado”.

A juíza anotou na sentença que “a única testemunha do reclamado foi o próprio Diretor responsável pela demissão da reclamante, razão pela qual entendo ser ele suspeito para provar os motivos da demissão por ele próprio determinados”.

### “Tropeços”

“Depois de sete longos anos afastada do meu cargo na USP, fui reintegrada judicialmente. Foi um processo muito dolorido de início, e cheio de tropeços pelos caminhos tortuosos da justiça. Hoje, apesar da alegria do re-

gresso, não me sinto à vontade para falar do que passou”, declarou Rita Stella ao *Informativo Adusp*.

“Fui arbitrariamente dispensada em 2002 sem motivo aparente algum. O diretor da unidade não pensou um só instante nos investimentos públicos de mais de 13 anos na minha carreira. O que dizer mais? Foram só perdas, de todos os lados”, protesta.

“Dos casos de demissões sem justa causa de que tomei conhecimento, todos foram resolvidos da mesma forma que o meu. Outros colegas que passaram pela mesma experiência já estão trabalhando. Mesmo assim, fiquei sabendo que a FMRP demitiu outra funcionária, desta vez do Departamento de Puericultura e Pediatria. A informação é de que retornou rapidamente ao cargo. Porém, o que fica de tudo isso é um grande descalço pelo bem público e pelo ser humano. Infelizmente!”